

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Adesistas de Plantão”: O Centro Republicano Cearense e a Eloqüente Imprensa “de Última Hora” durante os primeiros anos do novo regime no Ceará (1889- 1892)*.

Gleudson Passos Cardoso**

RESUMO: O Centro Republicano Cearense (CRC) foi a primeira entidade que surgiu em Fortaleza em torno da implantação do novo regime político sobre a Monarquia. O respectivo núcleo construiu para si uma memória histórica que, após o golpe de 15 de novembro, se projetou como “ponta de lança”, referência maior do programa e da agenda republicana, a combater as demais adesões “de plantão”, provenientes dos antigos partidos monárquicos. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as estratégias deste núcleo em favor da implantação e da adesão dos cearenses à República, no combate ao oportunismo dos antigos chefes liberais e conservadores, a destacar seus discursos de matriz evolucionista e positivista na imprensa local através dos jornais “A Pátria” e o “Libertador”.

Palavras-chave: República Velha – História Política – Centro Republicano Cearense

ABSTRACT: The Republican Center Cearensian (CRC) was the first group but in Fortaleza arise entourage of the implantation’s new political regime on the Monarchy. The respective agremiation built for himself an historical memory but, after the stroke of 1889 of november, 15, to protruded what “firt”, the must reference of the program and the republican pauta, to struggle the anothers last adhesions, of the ancients monarchists partys deriving from. Thus, the finality this study is to analyse the strategics forms from this group for implantation and adhesion of the cearensians with the republican system, to fight the olds leaders of the liberal and conservation party’s opportune, in to detach for yours discourses of evolutionism and positivism source in the journalism site with the newspapers “A Pátria” and the “Libertador”.

A origem do Centro Republicano Cearense (CRC) está ligada diretamente aos últimos episódios ocorridos durante a queda do regime monárquico, quando este se mostrou esgotado entre os anos de 1888 e 1889. Sabe-se que na antiga província do Ceará, a primeira investida a discorrer sobre a idéia republicana, após os episódios de 1817 e 1824, foi a implantação de um clube efêmero na cidade do Aracati, pela iniciativa do bacharel Júlio César da Fonseca Filho, nos anos de 1870, após a repercussão do “Manifesto Republicano” no início daquela década (FONSECA FILHO, 1924 s/d). Este núcleo, por sua

* Este texto será parte integrante do Capítulo 1 da tese de Doutorado intitulada “Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”. Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na República Velha (1889 - 1922), a ser defendida no PPGH/UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Faria.

** Professor Assistente do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará/UECE, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense/ PPGH-UFF, Bolsista da emérita Fundação Cearense de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FUNCAP e membro da Sociedade de Belas Letras e Artes Academia da Incerteza.

vez, teve pouca ou quase nenhuma expressão; não que na província o Imperador do Brasil contasse com total apoio hegemônico, mas, tanto as facções liberais quanto as conservadoras, bem como os intelectuais positivistas (que participaram do debate contra o jesuitismo) e os abolicionistas, ainda não haviam tomado partido algum na proposta pela substituição do regime político.

Contudo, em 01 de julho de 1889, foi fundado o Centro Republicano Cearense, no calor das questões que envolveram a posse do trono, tanto em virtude da avançada senilidade do Imperador, quanto o desgaste da base política com a abolição dos cativeiros e o mal-estar político-institucional gerado desde a posse do ministério de Ouro Preto (CARVALHO, 1988 e JANOTTI, 1986: 16 - 20). Este núcleo passou a congregar intelectuais e militares, dentre eles, antigos abolicionistas, jornalistas engajados, oficiais do Exército e do batalhão de Polícia atuantes em torno das polêmicas que pairavam naquele momento. Os membros fundadores e os mais representativos do CRC já eram bastante conhecidos de outras campanhas de cunho social e político na capital cearense e também no interior da província. Dos intelectuais provenientes das campanhas filosófico-religiosa ou abolicionista, João Cordeiro, Abel Garcia, Oliveira Paiva, Martinho Rodrigues, João Lopes, Justiniano de Serpa, foram destaques. Dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, teve o intelectual e militar Joaquim Catunda. Outros que, no início da década de 1890 passaram a se destacar no cenário letrado cearense, como Antônio Sales, Waldomiro Cavalcante, Jovino Guedes, Lopes Filho que integraram a Padaria Espiritual ou chegaram à Academia Cearense, iniciaram sua vida pública no CRC (CARDOSO, 2002). Muitos militares também o integraram, desde o destacado alferes Floriano Florambel (exemplo a “inspirar a mocidade à causa patriótica”) como, após o 16 de novembro, outros de alta patente, o Cel. Ferraz, primeiro governador do Estado Confederado do Ceará durante o governo provisório (cujo CRC declarou apoio incondicional ao seu mandato) e o Gal. Bezerril Fontenele.

As reuniões do CRC ocorreram no Clube Cearense, à Praça do Ferreira, centro comercial e das agitações políticas e sociais da cidade de Fortaleza. De início, a agremiação se preocupou em discutir, através de palestras e conferências (pois sequer possuía periódico) a viabilidade do regime republicano, visto à queda eminente da monarquia. Com a implantação oficial da República na antiga província, em 16 de novembro de 1889, o CRC tomou pra si a incumbência da “regeneração patriótica” e incorporou o compromisso moral para encabeçar a legitimidade do regime recém implantado. Neste sentido, vale salientar as principais estratégias em busca de um pensamento hegemônico (GRAMISCI, 1989. 1 e 2), em que se destacaram táticas discursivas via seus órgãos de imprensa (“Libertador” e “A Pátria”),

as campanhas de adesão dos clubes republicanos fundados nos municípios e vilas cearenses à causa recém anunciada (comissões que presenciavam o juramento ao estatuto orgânico do CRC) e, por fim, o apoio incondicional aos governadores cearenses e à Presidência da República, sobretudo, durante o período deodorista, por excelência e por estratégia de manutenção ao jogo político favorável aos membros do CRC. Assim, é no período compreendido entre o 16 de novembro de 1889, quando é oficializado o novo regime no Ceará, até a exoneração de João Cordeiro da vice-presidência do Estado (fato que o aproximará dos antigos chefes monárquicos), se fizeram presentes as principais ações do CRC na configuração de uma referência republicana, marcada contraditoriamente pelo amplo discurso federalista, contudo, fincado em bases autoritárias e centralizadoras de orientação positivista.

Como órgão oficial, o CRC teve o antigo jornal abolicionista “Libertador”, de propriedade do já mencionado João Cordeiro e tendo como redator chefe João Lopes. Pode-se dizer que no último semestre em que existiu o regime monárquico, o respectivo jornal foi o único que sugeriu a eminente queda do Imperador, dando notícia apenas do “alvorçado movimento triunfante da bandeira da federação” que agitava a antiga Corte (“O Libertador”. Fortaleza, 12/jul/ 1889, p. 02). Contudo, como os demais jornais que circularam no período, não houve sequer menção alguma da República enquanto novo regime. Ele custava 40 réis, se dizia “Diário da Tarde” até 16/ nov/ 1889, quando passou a ser “Órgão do Centro Republicano” e folha oficial do Governo Provisório do Estado Confederado do Ceará. Vale destacar que até esta data, nenhuma menção sequer havia sido feita em relação ao CRC.

“A Pátria” foi outro órgão que se proclamou adepto carbonário da República. Este se disse “Folha da Manhã”, publicava todas as atividades do CRC e circulou aproximadamente um ano, entre 28 de novembro de 1889 até meados do mesmo mês em 1890. Tinha como legenda o estandarte positivista: “O amor como princípio, a ordem como meio e o progresso por fim”. Sua circulação foi interrompida quando, após o pleito de 15 de setembro de 1890, seus redatores Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues, foram compor a Constituinte, juntamente com outros membros do CRC, dentre eles os deputados Gonçalo de Lagos e Manoel Coelho e o senador Joaquim Catunda. A tiragem deste jornal era de 1200 números diários, custo de 80 réis, e um número que variava em torno de 50 correspondentes espalhados pelos municípios e vilas cearenses. Desde o início da circulação, o órgão se dizia “partidário sincero da República federativa, [em que] o maior apelo é manter, ao lado da autonomia dos Estados, a unidade da Pátria Brasileira” (“A Pátria”. 28/ nov/ 1889. nº 01, p. 01). No mesmo nº

do jornal, a coluna “Notas da Manhã” (p. 03), discorreu sobre a necessidade de “lutar pela conquista das liberdades (...) exercendo corajosamente o seu dever (...) os dois grandes princípios da nova religião social”. Percebe-se nestas palavras os anseios inerentes em torno da existência de um pacto federativo sólido. Porém, quanto à aclamação geral pela futura convocação de uma Constituinte, não distou à preocupação destes republicanos com a possibilidade do novo regime ser tomado pelas antigas forças políticas, chefes e correligionários dos partidos monárquicos extintos, identificados com o atraso: “Estarão preparados para essa dupla função os antigos partidos políticos? Serão capazes de concorrer para o funcionamento regular do governo, (...) da Pátria?” (Idem. ibidem).

Válido destacar que tanto “A Pátria” quanto o “Libertador”, foram incisivos em atacar os antigos chefes políticos, ligados às famílias que assumiram a direção das facções liberais e conservadoras na antiga província (Pompeu Accioly, Cunha Freire, Paula Rodrigues e Fernandes Vieira). Contudo, enquanto o segundo teve um caráter mais oficial (publicando editais, portarias, decretos etc) o primeiro teve um traço mais carbonário e ideológico diante das tensões junto ao processo político-eleitoral que resultaria nas eleições de 15/ set/ 1890. Tendo em vista a ameaça da inserção política das “forças do passado”, não tardou aos membros do CRC tomarem postura autoritária, em defesa de um regime ditatorial segundo a matriz positivista, uma vez que sua maioria era composta por intelectuais e militares, adeptos da corrente de Augusto Comte. No artigo “Doutrinemos”, publicado em 08 de dezembro de 1889, nº 05, p. 01, sobre o decreto em que o Governo Provisório proibiu a circulação de qualquer jornal com tendência monárquica (em alusão direta ao “Tribuna Liberal”, do Visconde de Ouro Preto, tendo em mente o pleito de 15/ set/ 1890), a “A Pátria” publicou:

(...) são nossos ardentes votos que o Gal. Deodoro prolongue o mais que for possível a ditadura republicana, para que assim a Pátria não corra o perigo de ver conspurcada a representação nacional pela presença em seu seio de deputados desmoralizados pela corrupção bragantina.

Essa postura contraditória custou caro ao CRC, entre o pleito de 1890 e o golpe e contra-golpe em novembro de 1891. Por conta dela e da adesão incondicional ao Governo Provisório, sobretudo, ao Mal. Deodoro, o CRC colecionou desafetos, a princípio, dos próprios líderes das facções políticas, correligionários e redatores dos órgãos de imprensa identificados com os antigos partidos monárquicos e, posteriormente, o racha entre os membros do CRC pró e contra as manobras do Mal. Deodoro, bem como a nomeação do Barão de Lucena como ministro e, posteriormente, o golpe de 03/nov/ 1891. É ainda no nº 05, já mencionado, que no artigo “Exclusivismo”, o jornal “A Pátria” rebate às críticas do jornal

“O Cearense”, outrora jornal do Partido Liberal, mas naquele momento, denominado “Órgão do Clube Democrático”. Pertencente à facção dos Paula Rodrigues, este jornal acusou os membros do CRC de “exclusivistas” (“Cearense”, 03/ jul/ 1890, p. 01), por estes tomarem a frente da reorganização política e da proximidade destes com o governo provisório do Estado Confederado do Ceará, sob o comando do Cel. Ferraz. “A Pátria” retrucou assim:

O Centro Republicano, a grande associação que já se achava constituída desde muito antes da revolução [quatro meses, apenas], (...) pede mesmo o concurso de cada cidadão para a grande obra de reconstrução deste país por tanto tempo sacrificado às ambições dos partidos monárquicos (...) O artigo do ‘Cearense’ é o brado do vencido que vê com amargura a partida dos soldados que, desesperados do triunfo que não conseguiram (...) prestígio e patriotismo daqueles que o dirigiram

Outro não poupado foi o jornal “Brasil. Ordem e Progresso”, que até o dia 16 de novembro de 1889 denominava-se “Pedro II”, pertencente à facção do antigo partido conservador cearense liderado pelo Barão de Aquiráz, Fernandes Vieira. No primeiro nº deste jornal, aos 28/ nov/ 1889, dizia timidamente “lutemos nós, neófitos da República, não só pelo princípio democrático, como pelo bem-estar da Pátria comum, que tanto precisa, atualmente, do concurso de todos os brasileiros” (p. 01). Contudo, os membros do CRC não hesitaram em comemorar o desaparecimento definitivo deste órgão na arena local, quando na edição de nº 17 d’ “A Pátria“, de 10/ jan/ 1890, lançou elogios envernizados de ironia ao “Barão de Aquiráz, herói derrotado, por ser diferente dos demais oportunistas”.

Entre 22 de junho de 1890 (quando ocorreu a convocação para a Constituinte) e o golpe de Estado de 03 de janeiro de 1891, com senador e deputados eleitos em setembro de 1890 e o apoio incondicional aos ditames do Mal. Deodoro, o CRC passou a digladiar na arena da imprensa local também com o “Estado do Ceará”, órgão da União Republicana, entidade recém fundada pela liderança do já mencionado Barão do Aquiráz, agora aliado do antigo rival Anto. Nogueira Accioly, chefe da outra facção dissidente do extinto partido liberal, cujo órgão de imprensa era a “Gazeta do Norte”.

À medida que se aproximava o pleito de 15 /set/ 1890, acirravam-se os ataques e as ofensas a uma ou a outra entidade. Este ódio se intensificou com as atitudes arbitrárias do governador provisório, Cel. Ferraz (amplamente ovacionado nas edições d’ “A Pátria”, sobretudo, no nº 31), em favor dos membros do CRC candidatos à Constituinte. No “Estado do Ceará”, nº 36, em 02/ set/ 1890, na matéria “Um Governo em Delírio” (p. 02), foi publicado um telegrama em que o então governador autoriza o juiz municipal de uma localidade a intimar “padres ou quaisquer indivíduos para não continuarem a insuflar a

população contra o governo”, sob a ameaça de serem recolhidos à prisão. Na edição seguinte, nº 37, 03/ set/ 1890, na matéria “Movimentos Sediciosos” (p. 02), o mesmo jornal explica que:

(...) o padre que pedir aos seus paroquianos para não votarem em candidatos ateus; o político que se mantiver fiel aos seus antigos amigos; o eleitor que não quer receber a cédula do Centro Republicano; eis os sediciosos, que o Sr. Cel. Ferraz manda intimar e prender.

O receio dos membros do CRC e as medidas autoritárias tomadas pelo seu aliado no governo, são por eles justificáveis diante dos interesses evidentes da União Republicana, que congregava antigos chefes políticos e a manutenção de antigos prestígios públicos ameaçados pelo discurso inovador do CRC, como bem pode ser lido no nº 06 do “Estado do Ceará”, de 26/ jul/ 1890, p. 02, em que diz o seu redator:

São puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo o transe, a nova ordem de coisas, inaugurada a 15 de novembro, por movimentos bruscos (...) Aceito, como foi, por todos de boa ou contrária vontade, o golpe de Estado, dado pelo Exército (...) sem desprezar-se o que fosse aproveitável do regime decaído (...) Podem conservar-se as partes úteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reformar, e o que se mantiver (...).

As razões do ódio entre o CRC e a União Republicana eram, em grande escala, motivadas pela direção do Partido Republicano no que Ceará foi amplamente representado pelo CRC. Inconformados tanto com a direção dos rumos políticos e administrativos do Estado do Ceará que fugiu às mãos das antigas facções oligárquicas, os membros da União Republicana procuraram a todo o custo denunciar as arbitrariedades do governador cearense. Também não era pra menos, pois, este ordenou ações violentas contra seus adversários e aos opositores do CRC. O episódio da represália em que o Batalhão da Polícia Estadual e a Cavalaria se voltaram contra militantes do Partido Operário cearense e dos membros da União Republicana (oportunamente buscando aliança com os operários), na ocasião de uma marcha às vésperas das eleições do dia 15, com destino à residência do governador, em 14 de setembro de 1890, foi amplamente noticiado pelos jornais “Estado do Ceará” (nº 44, 16/ set/ 1890. p. 02, 03) e “O Combate” (07/ abr/ 1891), o órgão do Partido Operário.

No entanto, esta sensação de unidade política em torno dos princípios “puros” do republicanismo de leitura comteana entre os membros do CRC, tendo em vista a implementação do seu programa político junto à representação cearense no Congresso Nacional e na direção local do Partido Republicano, sucumbiu no desenrolar dos acontecimentos entre a posse ministerial do Barão de Lucena e a deposição definitiva dos deodoristas cearenses da administração do Estado, em 16 de abril de 1892. Em primeiro, a

demissão de João Cordeiro da Vice-Governadoria do Estado e da Secretaria Geral dos Socorros Públicos, em virtude da retaliação de Lucena aos seus adversários e opositores (Cordeiro o chamou de “monarquista encapuzado”), provocou uma dissidência entre os que ainda apoiariam Deodoro e os anti-deodoristas. Assim, surgiu o jornal “O Norte”, de propriedade de Martinho Rodrigues e que teve como redator-chefe o deputado Justiniano de Serpa. Na edição de nº 03, p. 02, aos 16/ abr/ 1891, os ex-membros do CRC, eleitos ao Congresso comentaram o delicado momento em que a saída de João Cordeiro afetava diretamente a representação dos constituintes cearenses, bem como a direção do Partido Republicano no Ceará e o racha no CRC.

(...) assumindo a direção do partido republicano em tão grave momento social, não obedecemos de modo algum às sugestões do interesse pessoal. Este aconselharia, por ventura, posição cômoda, atitude mais diversa (...) Os nossos amigos políticos, a comissão executiva do Centro Republicano conhecem perfeitamente os motivos que nos levaram a tomar sob nossa guarda as tendas do partido (...) nossa política é de paz e seriamente empenhada em bem servir ao Estado e ao partido.

Outrora, Cordeiro fora ovacionado em diversos números d’“A Pátria”, como no nº 32, p. 02, em comemoração ao seu aniversário (“queremos ver João Cordeiro à frente dos negócios do Estado”), ou na edição de nº 24, p. 03, quando foi inaugurada a Av. João Cordeiro, no município de Baturité, pelo seu respectivo Clube Republicano Municipal ligado ao CRC. Suas prerrogativas de mentor-político daquela geração de intelectuais carbonários (ex-abolicionistas e republicanos ortodoxos) sempre foram ressonantes, desde o início da década de 1880. Mas, com a sua saída do governo provisório e a nova postura do CRC frente às políticas deodoristas, ele apelou para o inesperado. No início de 1892, Cordeiro fundiu o seu jornal “Libertador” com o “Estado do Ceará”, ou seja, aliando-se aos chefes políticos tradicionais, seus antigos rivais, que compunham a União Republicana, como Fernandes Vieira (O Barão de Ibiapaba) e Nogueira Accioly, eleito senador da República. Graças a esta aliança, este último aproveitou a articulação entre o CRC e os antigos clubes republicanos municipais (ligados organicamente pelo estatuto) para sedimentar as bases eleitoreiras do futuro Partido Republicano Conservador, que culminará, no desenrolar dos anos de 1894 a 1912, ao momento compreendido na História Política local como o período acciolino.

Após o contra-golpe de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891 sobre os governos locais que apoiaram o golpe de Deodoro em 03 de novembro (CARONE, 1977: 56 - 84), o Cel. Benjamin Liberato Barroso (vice-governador deposto por Deodoro e ligado a Nogueira Accioly) conseguiu, após o 23/nov/ 1891, recuperar o cargo e depor definitivamente então governador, Gal. Clarindo de Queiroz, somente em 16 de fevereiro de 1892, com o

apoio da Escola Militar de Fortaleza. Diante da aclamação popular ao Cel. Liberato Barroso (conf. “A Legalidade. Homenagem dos Operários do ‘Liberador’ aos Salvadores da República”, 02/ dez/ 1891), bem como o número expressivo de demissões e ocupação de cargos estratégicos no Governo Estadual pelos membros das facções oligárquicas locais (conf. “Correio Oficial do Ceará”, nº 146, 06/ abr/ 1892), percebe-se o desgaste sofrido pelos ex-membros do CRC, Martinho Rodrigues e Justiniano de Serpa, por conta do apoio que estes deram às iniciativas ditatoriais do Mal. Deodoro, atordoado pela política desastrosa do Barão de Lucena. Assim, o trabalho desenvolvido pelo CRC junto aos clubes republicanos municipais no interior cearense (juramento destes ao seu estatuto, diligências e comissões em prol da adesão ao regime etc), passou a favorecer a nova articulação política que dará origem ao Partido Republicano Conservador, agora sob a orientação da família Pompeu Accioly.

Numa das últimas aparições do jornal “O Norte” na imprensa local, o periódico homenageou os deportados pelo decreto de 10/ abr/ 1892, em que foram exilados os que reagiram ao contra-golpe de 23 de novembro. Na matéria “A Recepção dos Deportados – O Banquete”, a edição de nº 257, de 06/ set/ 1892, p. 02, mencionou que tal homenagem foi realizada pelo “Partido Autonomista do Estado [do Ceará]”. Com ar melancólico o nº 259, de 09/ set/ 1892, dedicou toda edição e rendeu homenagens aos “Beneméritos Brasileiros Desterrados”, e afirmou:

Os cidadãos deportados pela tirania do Sr. Floriano Peixoto, o vice-rei da República, e administrados pelo Congresso Federal, regressam ao seio da Pátria, calmos, tranqüilos e, se é possível, maiores e mais queridos pelos sofrimentos do exílio, onde os acompanharam as saudades e admirações do povo tanto mais merecidos quanto avultavam suas virtudes na razão da distância e dos ódios do tirano (p. 03).

Como pode ser percebida, a realidade em que existiu o CRC foi aquela que acompanhou o desenrolar do cenário político nacional. Resultante da mobilização de ideais políticos e elucubrações intelectuais, os sujeitos históricos que pertenceram a esta entidade tomaram para si o papel de transformar e regenerar a vida política e institucional do seu espaço social, durante os primeiros anos do regime republicano. A partir das leituras e vivências que possuíram frente ao jogo político da realidade cearense, imbuídos das referências autoritárias do positivismo, eles tentaram administrar tais posturas com as demandas sócio-políticas em torno de um ideário federalista, vislumbrado pelos diferentes grupos políticos dos estados brasileiros. Contudo, em busca de manter fidelidade ao programa do seu estatuto e negar alianças possíveis com os chefes políticos das antigas facções que lideraram os extintos partidos monárquicos no Ceará, a idéia da manutenção de um

republicanismo puro, aliado a uma leitura evolucionista do processo social, acabaram por comprometer a sobrevivência destas primeiras referências do CRC diante do pacto oligárquico em desenvolvimento, a ser amadurecido efetivamente entre 1894 e 1898 quando, de fato, a antiga estrutura de poder proveniente das oligarquias locais consegue plena autonomia para sua completa afirmação.

Referências

- CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso** – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT; 2002.
- CARONE, Edgard. **A República Velha, 1889 - 1930 II (Evolução Política)**. Rio de Janeiro: Difel; 1977. p. 56 – 84.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras: a Política Imperial**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ; 1988
- FONSECA FILHO, Júlio César da. “O Ceará e a Proclamação da República” IN: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará; 1924. T. 38.
- GRAMSCI, Antônio. 1. **Os Intelectuais e a Formação da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1989.
- _____. 2. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1989.
- JANOTTI, Ma. de Lourdes M. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense; 1986. p. 16 – 20. JANOTTI. Op. Cit. p. 20 – 42.